



**i3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE  
DA UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

AJUSTE DIRETO N.º 15/2022

# **Aquisição de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica dos Sistemas de Segurança do Edifício i3S**

**CADERNO DE ENCARGOS**

NIF: 515 769 053  
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal  
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 1 DE 21

**INSTITUTO  
DE INVESTIGAÇÃO  
E INOVAÇÃO  
EM SAÚDE  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO**

Rua Alfredo Allen, 208  
4200-135 Porto  
Portugal  
+351 220 408 800  
info@i3s.up.pt  
[www.i3s.up.pt](http://www.i3s.up.pt)



## Índice

Cláusula 1ª - Objeto.....	4
Cláusula 2ª - Contrato.....	4
Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato.....	5
Cláusula 4ª - Preço Base.....	5
Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário.....	5
Cláusula 6ª - Prestação dos Serviços.....	6
Cláusula 7ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços.....	7
Cláusula 8ª - Fiscalização, Controlo e Avaliação da Prestação dos Serviços.....	7
Cláusula 9ª - Aspetos Submetidos à Concorrência.....	8
Cláusula 10ª - Aspetos não Submetidos à Concorrência.....	8
Cláusula 11ª - Patentes, Licenças e Marcas registadas.....	8
Cláusula 12ª - Preço Contratual e Revisão de Preço.....	8
Cláusula 13ª - Condições de Pagamento do Preço.....	9
Cláusula 14ª - Penalidades Contratuais.....	10
Cláusula 15ª - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público.....	11
Cláusula 16ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário.....	11
Cláusula 17ª - Suspensão do Contrato.....	11
Cláusula 18ª - Modificações do Contrato.....	12
Cláusula 19ª - Gestor do Contrato.....	12
Cláusula 20ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	12
Cláusula 21ª - Contagem dos Prazos na Fase de Execução do Contrato.....	12
Cláusula 22ª - Responsabilidades.....	13
Cláusula 23ª - Casos Fortuitos ou de Força Maior.....	13
Cláusula 24ª - Confidencialidade.....	15
Cláusula 25ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais.....	15
Cláusula 26ª - Políticas Horizontais.....	16
Cláusula 27ª - Interpretação e Validade.....	16
Cláusula 28ª - Regime Contraordenacional.....	16
Cláusula 29ª - Lei Aplicável.....	16
Cláusula 30ª - Foro Competente.....	16
Cláusula 31ª - Comunicações e Notificações.....	17
Cláusula 32ª - Contagem dos Prazos na Fase de Formação do Contrato.....	18



ANEXO I – Cláusulas Gerais e Técnicas.....19

Cláusula 33ª - Objetivo..... 19

Cláusula 34ª - Especificações Técnicas..... 19



## Cláusula 1ª - Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, que tem por objeto a *Aquisição de Serviços de Manutenção e Assistência Técnica dos Sistemas de Segurança do Edifício i3S* pelo i3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto – Associação (doravante designado “*Contraente Público*”), com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I* e nos termos e condições definidos no presente caderno de encargos.
2. Atento o disposto no número anterior, o Adjudicatário obriga-se à prestação do(s) serviço(s) de acordo com os termos previstos neste caderno de encargos, em especial atento ao(s) seu(s) anexo(s) e na proposta adjudicada e na legislação em vigor aplicável aos serviços a executar.
3. Fazem sempre parte integrante do contrato, o Caderno de Encargos e seu(s) anexo(s), bem como os demais documentos contratuais, o Convite, a proposta adjudicada e toda a correspondência trocada entre as partes.
4. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV: 71356000-8 (Serviços técnicos).

## Cláusula 2ª - Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito e composto, para além do respetivo clausulado contratual e anexos, pelos seguintes documentos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas acima e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99º do Código dos Contratos Públicos



(doravante "CCP") e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

### Cláusula 3ª - Início de Vigência e Duração do Contrato

O contrato entrará em vigor no dia **01 de janeiro de 2023** e terá a duração de 1 (um) ano, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

### Cláusula 4ª - Preço Base

1. Para efeitos de elaboração de propostas fixa-se, como parâmetro base do preço contratual o valor global de **€ 10 210 (dez mil, duzentos e dez euros)**.
2. O preço base é o máximo limite de importe que o Contraente Público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o contrato.
3. Proposta com valor superior ao valor do preço base fixado será excluída.

### Cláusula 5ª - Principais Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Obrigação de prestação dos serviços, objeto do contrato;
  - b) Recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à boa execução dos serviços objeto do contrato;
  - c) Obrigação de garantia e conformidade dos serviços prestados com o contrato;
  - d) Obrigação de continuidade de prestação dos serviços, durante a vigência do contrato;
  - e) Obrigação de manutenção e prestação de assistência técnica nos termos e condições definidos no [Anexo I](#) e no presente Caderno de Encargos;
  - f) Garantir o funcionamento contínuo e atualizado dos sistemas;
  - g) Disponibilizar todo o material de apoio necessário ao pleno funcionamento dos sistemas;



- h) Manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens, materiais, equipamentos e instrumentos afetos à prestação dos serviços objeto do contrato, devendo de eles fazer uma utilização prudente e proceder, à sua custa, às reparações e substituições que se venham a revelar necessárias;
  - i) Participar em reuniões com o Contraente Público e/ou com terceiros, sempre que para tal seja solicitado;
  - j) Executar todas as tarefas que se mostrem necessárias à pontual e cabal execução dos serviços objeto do contrato, com respeito por todas as normas aplicáveis e com elevados padrões de qualidade, eficiência e segurança;
  - k) Efetuar todas as comunicações, requerer e manter válidas, durante a vigência do contrato, todas as autorizações, licenças e seguros exigíveis, nos termos da legislação em vigor, para o exercício da sua atividade e pagar todas as quantias que se mostrem necessárias àquela obtenção sendo responsável por quaisquer sanções decorrentes da violação da referida obrigação;
  - l) Comunicar de imediato, ao Contraente Público, quaisquer ocorrências e/ou impedimentos que possam comprometer a execução atempada dos serviços objeto do contrato ou a confidencialidade dos dados fornecidos pelo Contraente Público;
  - m) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica e a sua situação comercial.
2. O Adjudicatário reconhece que será o único e exclusivo responsável, em qualquer caso, pelos atos ou omissões dos seus trabalhadores ou de quaisquer entidades por si subcontratadas, a qualquer título, e pelos danos e prejuízos que sejam causados a pessoas e bens, correndo às suas expensas, sem quaisquer responsabilidades, ónus ou encargos para o Contraente Público, o ressarcimento ou indemnização que tais danos ou prejuízos possam motivar.

### Cláusula 6ª - Prestação dos Serviços

1. Para o efeito de requerer ao Adjudicatário que lhe sejam prestados os serviços objeto do contrato, o Contraente Público remeterá, através de correio eletrónico [comprasi3s@i3s.up.pt](mailto:comprasi3s@i3s.up.pt), a respetiva requisição, a qual incluirá a seguinte menção obrigatória:

- a) Identificação dos serviços;
- b) Número da requisição;



- c) Referência deste procedimento.

### Cláusula 7ª - Conformidade e Garantia Técnica dos Serviços

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços e das garantias a ela relativas, o Adjudicatário garante prestar os serviços objeto do contrato sem quaisquer defeitos ou discrepâncias, com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no *Anexo I* ao presente Caderno de Encargos.
2. O Adjudicatário será responsável perante o Contraente Público, por qualquer defeito, discrepância ou falta de conformidade dos serviços objeto do contrato, que se manifestem durante a sua vigência.
3. Em caso de falta de conformidade dos serviços com o contrato, o Adjudicatário deverá proceder, à sua custa, sem quaisquer encargos para o Contraente Público e no prazo razoável que for por este determinado, à reposição da conformidade, sem prejuízo do direito do Contraente Público optar por exigir a redução adequada do preço dos serviços ou de proceder à resolução do contrato.
4. A garantia dos serviços prevista nesta cláusula abrange, designadamente:
  - a) As despesas relativas à execução dos serviços para reposição da conformidade;
  - b) Indemnizações por prejuízos causados a pessoas ou bens decorrentes dos serviços desconformes.
5. Para efeitos previstos na presente cláusula, o Contraente Público deverá denunciar ao Adjudicatário a falta de conformidade dos serviços no prazo de 1 (um) mês a contar da data em que a tenha detetado.
6. O Adjudicatário garante, ainda, a conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 1 da Cláusula 5ª, a continuidade da prestação de todos os serviços objeto do contrato, durante a vigência do contrato.

### Cláusula 8ª - Fiscalização, Controlo e Avaliação da Prestação dos Serviços

1. O Contraente Público tem direito a fiscalizar, controlar e avaliar, a todo o tempo, a execução dos serviços que constituem o objeto do contrato, bem como o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Adjudicatário, podendo nomear uma comissão de avaliação e acompanhamento.



2. O Contraente Público poderá efetuar no período da prestação dos serviços as operações de verificação, podendo rejeitar total ou parcialmente os serviços executados.
3. No caso de rejeição dos serviços prestados, o Adjudicatário deverá proceder à sua imediata correção, suportando todos os encargos, se for o caso.

### **Cláusula 9ª - Aspetos Submetidos à Concorrência**

Nos termos do artigo 42.º do CCP, é submetido à concorrência o Fator Preço.

### **Cláusula 10ª - Aspetos não Submetidos à Concorrência**

1. Nos termos do n.º 5 do artigo 42.º do CCP, o convidado deve observar na sua proposta, e como eventual futuro Adjudicatário, garantir, sem encargos adicionais para o Contraente Público, os aspetos não submetidos à concorrência referidos no presente Caderno de Encargos
2. O incumprimento dos pressupostos indicados no número precedente implica a exclusão da proposta.

### **Cláusula 11ª - Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no decurso da execução do contrato celebrado, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Contraente Público venha a ser demandado por ter infringido, no decurso da execução do contrato celebrado, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de a indemnizar de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

### **Cláusula 12ª - Preço Contratual e Revisão de Preço**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de €\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_)<sup>1</sup> acrescido de IVA à taxa legalmente aplicável.



<sup>(a)</sup> **[a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]**

2. O preço referido no número anterior, inclui todos os custos, encargos e despesas relativos à aquisição dos serviços objeto do contrato, designadamente o custo de mão-de-obra e deslocações dos técnicos especializados, em resposta a avarias e manutenção, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço adjudicado não será suscetível de revisão durante a vigência contratual.

### Cláusula 13ª - Condições de Pagamento do Preço

1. O(s) valor(es) devido(s) pelo Contraente Público deverá(ão) ser faturado(s), após a receção da respetiva requisição.
2. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelo Contraente Público, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Adjudicatário na(s) fatura(s).
3. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para o endereço de correio eletrónico: [contabilidadei3s@i3s.up.pt](mailto:contabilidadei3s@i3s.up.pt) ou para outro endereço que o Contraente Público venha a indicar ao Adjudicatário.
4. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, o art.º 299.º do CCP e o DL 123/2018, de 28 de dezembro, na sua redação vigente.
5. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, o Contraente Público notificará o Adjudicatário, ao longo da execução contratual, do modo de faturação aplicável.
6. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), deve este comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida a nova fatura.
7. O Contraente Público terá o direito a deduzir no pagamento a fazer ao Adjudicatário quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.



8. O atraso no pagamento de uma ou mais faturas, não determina o vencimento das restantes.

#### **Cláusula 14ª - Penalidades Contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir ao Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento e até ao limite de 20% (vinte por cento) do valor contratual.
2. O incumprimento da obrigação de continuidade de prestação dos serviços objeto do contrato constitui o Adjudicatário no dever de indemnizar o Contraente Público, em montante que se fixa desde já a título de cláusula penal até 10% (dez por cento) do valor contratual.
3. A exigência por parte do Contraente Público ao Adjudicatário do pagamento de uma penalidade pecuniária, nos termos dos números anteriores, não exonera do cumprimento da obrigação em falta nem da prática de outros atos inerentes à reposição da normalidade contratual, o mais rapidamente possível.
4. A aplicação de sanção pecuniária, pelo Contraente Público, será precedida de uma advertência escrita, de incumprimento, ao Adjudicatário.
5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no n.º 2 do Artigo 329.º do CCP e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento), conforme disposto no n.º 3 do referido artigo.
6. Para efeitos dos limites estipulados nos n.ºs 2 e 3 do supracitado artigo, quando o contrato prever prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.
7. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.
8. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do Artigo 308.º do CCP.
9. O Contraente Público poderá compensar os pagamentos devidos, ao abrigo do contrato, com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
10. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.



### **Cláusula 15ª - Resolução do Contrato por parte do Contraente Público**

1. O Contraente Público poderá resolver o contrato em caso de incumprimento definitivo pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais, nos termos do disposto na parte final do n.º 1 do Art.º 325.º e ainda do disposto nos artigos 333.º e 448.º por remissão do Artigo 451.º do CCP.
2. O exercício do direito de resolução previsto nos números anteriores pelo Contraente Público não preclui o direito de a mesma vir a ser ressarcida pelos prejuízos que lhe advirem da conduta do Adjudicatário e da resolução.
3. O Contraente Público, independentemente da conduta do Adjudicatário, reserva-se o direito de resolver o contrato nos termos e com os fundamentos previstos nos artigos 334.º e 335.º do CCP.
4. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário por carta simples com aviso de receção.
5. A cessação dos efeitos do contrato não prejudica a verificação da responsabilidade civil ou criminal por atos ocorridos durante a execução da prestação.
6. Em caso de resolução do contrato o Adjudicatário é obrigado a entregar de imediato toda a documentação e informação, independentemente da forma que esta revista, produzida no âmbito do contrato e que esteja em sua posse, a qual é, para todos os efeitos, propriedade exclusiva do Contraente Público.

### **Cláusula 16ª - Resolução do Contrato pelo Adjudicatário**

O Adjudicatário poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

### **Cláusula 17ª - Suspensão do Contrato**

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o Contraente Público pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do Adjudicatário, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.



3. O Contraente Público pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o Adjudicatário não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

### **Cláusula 18ª - Modificações do Contrato**

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º, igualmente o estatuído na Parte III, Título II, Capítulo V (Arts 450.º a 454.º) do CCP.

### **Cláusula 19ª - Gestor do Contrato**

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato nomeado pelo Contraente Público.
2. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do presente contrato, deverá comunica-los de imediato ao Órgão Competente do Contraente Público, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem necessárias.
3. Gestor do Contrato nomeado: [Completar]; Contacto: [Completar]
4. O Adjudicatário obriga-se a nomear um representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor com o Contraente Público, para todos os fins associados à execução do contrato.

### **Cláusula 20ª - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual**

O recurso à cessão da posição contratual e à subcontratação pelo Adjudicatário fica desde já vedado, no presente procedimento.

### **Cláusula 21ª - Contagem dos Prazos na Fase de Execução do Contrato**

À contagem de prazos na fase de execução do contrato são aplicáveis as seguintes regras:

NIF: 515 769 053  
Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto - Portugal  
Tel. 00351- 220 408 800 | Fax. 00351- 225 570 770

PÁGINA 12 DE 21

INSTITUTO  
DE INVESTIGAÇÃO  
E INOVAÇÃO  
EM SAÚDE  
UNIVERSIDADE  
DO PORTO

Rua Alfredo Allen, 208  
4200-135 Porto  
Portugal  
+351 220 408 800  
info@i3s.up.pt  
[www.i3s.up.pt](http://www.i3s.up.pt)



- a) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- b) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 (vinte e quatro) horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, se no último mês não existir dia correspondente, o prazo finda no último dia desse mês;
- c) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço, perante o qual deva ser praticado o ato, não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

## Cláusula 22ª - Responsabilidades

1. O Adjudicatário responde perante o Contraente Público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o Adjudicatário responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Adjudicatário, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

## Cláusula 23ª - Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.



2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
4. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



#### Cláusula 24ª - Confidencialidade

1. O Adjudicatário compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever de confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. A obrigação de confidencialidade do Adjudicatário estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
4. O Adjudicatário fica obrigado a devolver ao Contraente Público, no termo do contrato, todos os dados na sua posse, assim como outra informação e documentação obtida durante a execução do contrato.
5. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
6. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

#### Cláusula 25ª - Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. O Adjudicatário obriga-se a cumprir as obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e, sempre que exigível, após a sua cessação.
2. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que o Contraente Público venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.



### **Cláusula 26ª - Políticas Horizontais**

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Adjudicatário deverá garantir, na formação e na execução dos contratos públicos, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

### **Cláusula 27ª - Interpretação e Validade**

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

### **Cláusula 28ª - Regime Contraordenacional**

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

### **Cláusula 29ª - Lei Aplicável**

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

### **Cláusula 30ª - Foro Competente**

1. Em caso de litígio ou diferendo emergente de questões relacionadas com o contrato, designadamente relativas à sua interpretação, validade, aplicação ou integração, as partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesses, pela obtenção de uma solução concertada para a questão controvertida.



2. Na falta de uma resolução consensual do litígio, nos termos do número anterior, e no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a primeira notificação que referir expressamente a necessidade de obtenção de uma solução concertada para o litígio, este será decidido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia de qualquer outro.
3. Quando, por força de disposição legal inderrogável, o Adjudicatário tenha de demandar, o Contraente Público, fora da comarca referida no número anterior, suportará os custos de todas as deslocações que tal demanda cause ao Contraente Público, a pessoal seu e honorários de advogados.

### Cláusula 31ª - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As comunicações ou notificações feitas por correio eletrónico consideram-se recebidas na data constante na respetiva comunicação de receção transmitida pelo recetor para o emissor.

#### Para o Contraente Público:

**À atenção de:** Gabinete de Aprovisionamento

**Morada:** Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto

**Endereço de correio eletrónico:** [procurement@i3s.up.pt](mailto:procurement@i3s.up.pt)

#### Para o Adjudicatário

**À atenção de:** [Completar]

**Morada:** [Completar]

Endereço de correio eletrónico: [Completar]

3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta cláusula deve ser comunicada à outra parte,



### Cláusula 32ª - Contagem dos Prazos na Fase de Formação do Contrato

1. À contagem dos prazos, relativos aos procedimentos de formação do contrato, aplica-se o disposto no art.º 87.º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), por remissão legal do art.º 470.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), não sendo, em caso algum, aplicável o disposto no artigo 88.º do CPA.
2. Os prazos fixados para a apresentação da proposta, são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.



## ANEXO I – Cláusulas Gerais e Técnicas

### Cláusula 33ª - Objetivo

Os serviços a prestar pelo Adjudicatário ao Contraente Público, nos termos e condições previstos no presente caderno de encargos, compreendem todos os serviços de manutenção dos sistemas de segurança do Edifício i3S, abaixo identificados, visando garantir a realização das respetivas atividades, em plena segurança e total eficiência.

### Cláusula 34ª - Especificações Técnicas

#### A. Serviços de Manutenção Preventiva – Sistemas e respetivas tarefas gerais

- **SGCP - Sistema de Gestão Centralizada de Perigos (MM8000)**

- Inspeção visual de toda a cablagem;
- Teste de funcionamento da unidade central;
- Teste de funcionamento e comunicações dos subsistemas e terminais;
- Verificação do software da aplicação;
- Verificação do disco rígido;
- Verificação da integridade da base de dados;
- Limpeza dos ficheiros modificados depois da sua salvaguarda.

- **SADI - Sistema Automático de Detecção de Incêndios**

- Inspeção visual da cablagem;
- Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de incêndio;
- Ensaio dos botões de alarme e indicadores de ação;
- Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos óticos e acústicos e a transmissão à distancia dos alarmes;
- Ensaios dos comandos do sistema de deteção de incêndios;
- Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro.

- **SAEI - Sistema Automático de Extinção de Incêndios**

- Inspeção visual da cablagem;
- Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos óticos acústicos e a transmissão à distancia dos alarmes;
- Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro;



- Verificação do estado de pressurização das garrafas do agente extintor;
- Verificação e ensaio do sistema de disparo de extinção.

- **SADG - Sistema Automático de Detecção de Gases**

- Inspeção visual da cablagem;
- Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de Gás e Monóxido de Carbono;
- Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos óticos acústicos e a transmissão à distancia dos alarmes;
- Ensaios dos comandos do sistema de deteção de gases;
- Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro.

- **SAIR - Sistema de Alarme contra Intrusão e Roubo**

- Inspeção visual da cablagem;
- Verificação e ensaios de operacionalidade dos detetores de intrusão;
- Limpeza, verificação, afinação e ensaio da central de sinalização e comando, incluindo os órgãos óticos, acústicos e a transmissão à distancia dos alarmes;
- Ensaios dos comandos do sistema de deteção de intrusão;
- Ensaio de funcionamento dos quadros repetidores de alarmes;
- Verificação da corrente de carga das baterias de energia de socorro.

- **CFTV - Circuito Fechado de Televisão**

- Inspeção visual da cablagem;
- Verificação e ensaio do sistema de comando e visualização;
- Limpeza, verificação e ajuste das câmaras de vídeo;
- Limpeza, verificação e ajuste dos monitores de visualização;
- Verificação da programação de funcionalidade do sistema;
- Verificação da corrente de carga ao sistema.

- **SCA - Sistema de Controlo de Acessos**

- Inspeção visual da cablagem;
- Verificação e ensaio do sistema de comando;
- Verificação dos leitores de cartões;
- Verificação da programação de funcionalidade do sistema;
- Verificação da corrente de carga das baterias de socorro.



*B. Assistência Técnica para Manutenção Corretiva: Mão-de-obra - Preço por hora*

Profissional	Dias úteis			Sábados, Domingos e Feriados
	9-18:00h	18-0:00h	Após as 0:00h	
Técnico Nível I	41,00 €	55,76 €	56,38 €	61,50 €
Técnico Nível II	50,00 €	68,00 €	68,75 €	75,00 €
Técnico Nível III	72,00 €	97,92 €	99,00 €	108,00 €
Técnico Nível GTC IV	94,00 €	127,84 €	129,25 €	141,00 €
Técnico Nível GTC IV*	115,00 €	156,00 €	158,13 €	172,50 €

*Sendo que:*

Técnico Nível I – Técnico qualificado para intervenções de base;

Técnico Nível II – Especialista em sistemas de segurança;

Técnico Nível III – Especialista em sistemas de centralização, interfaces de sistemas, comunicações e dados;

Técnico Nível GTC IV – Especialista em sistemas de gestão técnica centralizada;

Técnico Nível GTC IV\* - Especialista em sistemas de gestão técnica centralizada, para sistema descontinuado sem projeto ativo de migração (controladores da gama RS e/ou versão DI3 ou inferior)

- Blocos de Tempo a Considerar na Faturação**

Em Lisboa e Porto (num raio de 20Km dos municípios) – contam-se a partir da hora de chegada às instalações do Contraente Público e terminam na hora de saída do Adjudicatário;

- Taxa de Pedido de Assistência** (taxa a aplicar para intervenções fora do período 9h00-18:00h)

Piquete – 60,00 € por pedido

- Deslocações**

Lisboa e Porto (num raio de 20Km dos municípios) – 55,00€ por deslocação.